
ALTERAÇÕES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA A PARTIR DO PRONAF

Changes in family agriculture in Santa Catarina based on PRONAF

Juliano Luiz Fossá

Economista. Doutor em Administração - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Técnico - Analista Pleno na Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Campus Chapecó, Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D, Bairro Efapi - CEP: 89809-900, Chapecó/SC. j.fossa@unochapeco.edu.br

Resumo: Este artigo teve por objetivo analisar as alterações socioeconômicas ocorridas entre os agricultores familiares catarinenses a partir da implantação do PRONAF. Para tanto, foi adotada nesta pesquisa a abordagem qualitativa. Realizou-se uma pesquisa de campo, em sete municípios do estado de Santa Catarina, por meio de entrevistas semiestruturadas. Ao todo foram realizadas 55 entrevistas, com os atores sociais vinculados ao tema. A interpretação das informações coletadas no campo foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, o qual contou com o apoio do *software* ATLAS.ti versão 8.4.22.0. O diálogo com os resultados demonstra que tanto a estrutura produtiva quanto as condições de trabalho tiveram melhorias significativas a partir do acesso ao crédito do programa. As consequências desse processo significaram um incremento expressivo no nível da renda familiar. Além disso, a dimensão social mensurada a partir do acesso a bens e serviços teve expressiva melhoria devido ao acesso ao PRONAF. A pesquisa empírica demonstrou também que há iniciativas em curso do programa voltadas aos cuidados com a preservação do meio ambiente. Conclui-se que o PRONAF foi e ainda é uma política pública capaz de promover alterações no processo produtivo, no trabalho e nas condições econômicas e sociais.

Palavras-chave: Crédito Rural; Melhoria nas Condições de Vida; Desenvolvimento Rural.

Abstract: This article aimed to analyze the socioeconomic changes that occurred among family farmers in Santa Catarina after the implementation of PRONAF. Therefore, a qualitative approach was adopted in this research. A field research was carried out in seven municipalities in the state of Santa Catarina through semi-structured interviews, totaling 55 interviews with social actors linked to the theme. The interpretation of the information collected in the field was performed using the content analysis method, which was supported by the ATLAS.ti software version 8.4.22.0. The dialogue with the results demonstrates that both the productive structure and the working conditions had significant improvements because of access to the program's credit. The consequences of this process meant a significant increase in the level of family income. In addition, the social dimension measured from access to goods and services had a significant improvement due to access to PRONAF. Empirical research has also shown that there are ongoing initiatives of the program aimed at caring for the preservation of the environment. It is concluded that PRONAF was and still is a public policy capable of promoting changes in the production process, work, and economic and social conditions.

Keywords: Rural Credit; Improvement in Living Conditions; Rural Development.

1 INTRODUÇÃO

No estado de Santa Catarina, a presença da agricultura familiar é historicamente significativa, e os resultados dos Censos Agropecuários legitimam essa afirmação. Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários em 2006, do total de 193.668, 168.512 pertenciam ao modelo familiar, o que significa 87,0% do total do estado catarinense naquele ano.

A área ocupada pela agricultura familiar em Santa Catarina representa 43,6% do total, ou seja, dos mais de 6,4 milhões de hectares, que acumulam as propriedades rurais do estado, 2,6 milhões referem-se ao segmento da agricultura familiar. O tamanho médio das propriedades familiares em Santa Catarina, no ano de 2006, foi de 15,7 hectares (IBGE, 2006). No que tange ao pessoal ocupado na agricultura catarinense, foram apurados nesse ano um total de 571.522 pessoas, sendo que o modelo familiar significa 468.786 pessoas, representando 82,0%.

Já no levantamento censitário, realizado em 2017, o número total de estabelecimentos rurais no estado de Santa Catarina foi de 183.066, redução de 10.602 no comparativo a 2006. Deste número total, 142.987 foram classificadas como propriedades pertencentes à agricultura familiar, significando 78,1% dos estabelecimentos rurais do estado. Quanto à área, em 2017, a agricultura familiar catarinense ocupou 2,5 milhões de hectares, o que representa 38,1% da área dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina (IBGE, 2017). Esses dados revelam que o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, em 2017, foi de 18,5ha, ou seja, 17,7% maior, em relação ao tamanho médio verificado no censo agropecuário de 2006. Quanto ao pessoal, no ano de 2017 foram apuradas na agricultura familiar 364.043 pessoas ocupadas, 72,5% do total do estado em 2006: 501.811.

A presença da agricultura familiar no Brasil é o resultado de uma trajetória histórica, que nos remete em um primeiro momento à questão da posse da terra. Segundo Wanderley (1999), foi nas sobras das grandes propriedades que se estabeleceram as formas familiares na agricultura. O contexto legitima-se com uma luta constante para inserção do segmento, tanto no espaço econômico quanto na sociedade. Para o autor, três aspectos centrais guiaram as estratégias adotadas pelos grupos familiares no país em torno de sua constituição e que assim podem ser sintetizados: i) a luta por espaço produtivo; ii) a busca pelo direito da constituição do patrimônio familiar; iii) necessidade de estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

A conformação da agricultura familiar no estado de Santa Catarina seguiu basicamente o mesmo processo de colonização, isto é, semelhante ao ocorrido no Rio Grande do Sul, foi marcada pela chegada dos colonos europeus na região litorânea, principalmente, a partir do ano de 1864 (PIAZZA, 1983). No decorrer dos anos, o aumento demográfico intensificou a migração para outras regiões do estado, especialmente, o Vale do Itajaí. Na região Oeste, a formação da agricultura familiar ocorre pela chegada dos colonos do Rio Grande do Sul. Em busca de novas terras, eles foram alocados em pequenos lotes, as colônias, essencialmente pela ação do Governo do Estado, por meio das empresas colonizadoras e como estratégia de reprodução social.

Para Paulilo (1990), os colonos inseridos no território catarinense já chegaram com a cultura da produção em excedente vivenciada na Europa. Esse aspecto possibilitou as bases para uma rápida articulação entre o espaço rural e as cidades no âmbito do estado de Santa Catarina. Se de um lado havia a crescente demanda dos centros urbanos em expansão, de outro havia, no seio da agricultura familiar catarinense, uma vocação para produção de excedente. Tais aspectos contribuíram para o fortalecimento das relações econômicas no âmbito da agricultura familiar.

Entretanto, as dificuldades colocadas à estrutura social da agricultura familiar, em Santa Catarina, demonstraram-se ao longo dos anos como configurações de resiliência e inovação na busca de novas oportunidades de inclusão produtiva e organização, em torno da luta por políticas públicas desenvolvimentistas, para o conjunto da categoria (PAULILO; SCHMIDT, 2003). O potencial da agricultura familiar catarinense na atualidade está ligado diretamente à trajetória histórica, bem como à diversidade enquanto grupos sociais diferenciados, que compõem o segmento em Santa Catarina.

Como resultado desse contexto histórico, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto Presidencial n. 1.964/1996, de 28 de julho, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa reveste-se de importância histórica, visto que se trata da primeira política pública brasileira, exclusiva ao conjunto da agricultura familiar. Isso, na concepção de Gazolla e Schneider (2013), é tido como marco histórico do início de uma intervenção focada e com olhar e objetivo específico do Estado brasileiro com o segmento rural familiar.

Assim, o PRONAF constitui-se ao longo dos anos como a principal política de apoio ao segmento rural familiar do país. Nos primeiros anos do programa, tanto os recursos quanto os contratos estiveram concentrados na região Sul do Brasil. Santa Catarina, no primeiro ano do programa, foi o segundo estado brasileiro com maior volume de crédito contratado e ficou naquele ano apenas atrás do estado do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, a evolução dos recursos do PRONAF foi significativa, tanto em âmbito de Brasil quanto do estado de Santa Catarina. No país, os valores passaram de R\$ 2 bilhões, em 1996, para mais de R\$ 25,8 bilhões, em 2019, e em Santa Catarina de R\$ 500 milhões para R\$ 3,4 bilhões no comparativo 1996/2019. Em relação ao número de contratos nacionais, a evolução passou de pouco mais de trezentas mil operações, em 1996, para aproximadamente um milhão de operações em 2019. Em Santa Catarina, o número de contratos apresentou pequena redução no período, alterando de aproximadamente 98,2 mil operações no primeiro ano do programa para algo em torno de 84 mil contratos em 2019.

Considerando a importância e o tecido social da agricultura familiar catarinense, esta pesquisa analisou as alterações na agricultura familiar catarinense desde a implementação do PRONAF. Tais alterações referem-se à dimensão econômica quanto à renda, à dimensão social e quanto à melhoria dos padrões de consumo de bens e serviços. O que se pretende enquanto construção analítica é efetivamente demonstrar esses dados nas perspectivas: i) econômica, quanto à renda; ii) social, quanto ao acesso de bens e serviços.

As alterações possuem abrangência de caráter amplo, especialmente nas esferas econômicas e sociais, que permeiam a inserção e as relações da agricultura familiar. Além disto, compreende-se que a política pública do PRONAF, como exclusiva no segmento, ao ser executada isoladamente ou em conjunto com outras políticas, busca o fortalecimento e gera alterações no interior da agricultura familiar.

Portanto, compreender os efeitos e as transformações por meio da política pública do PRONAF colocam-se como foco do trabalho proposto. Diante do exposto, propõe-se como questão guia da presente pesquisa: quais alterações socioeconômicas ocorreram com os agricultores familiares catarinenses a partir do acesso ao PRONAF?

Além desta introdução, em termos de estrutura, este artigo contempla uma seção metodológica para a apresentação dos percursos adotados à realização do estudo. Na sequência, dialoga-se com os resultados da pesquisa de campo e com a literatura, a partir da interlocução com outras investigações no âmbito do PRONAF. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

No que se refere à estratégia da investigação, optou-se pelos procedimentos de métodos qualitativos. Para Creswell (2010), as análises qualitativas contemplam a complexidade do problema de pesquisa e colocam-se como um percurso adequado para alcance dos objetivos desta pesquisa acadêmica.

O *locus* de pesquisa foi restrito aos agricultores familiares e atores sociais ligados à categoria da agricultura familiar de Santa Catarina. Os atores sociais que nos referimos são dirigentes sindicais associados à FETAESC e/ou FETRAF/SC, técnicos extensionistas da EPAGRI, secretários municipais responsáveis pela pasta da agricultura e/ou representantes do poder executivo muni-

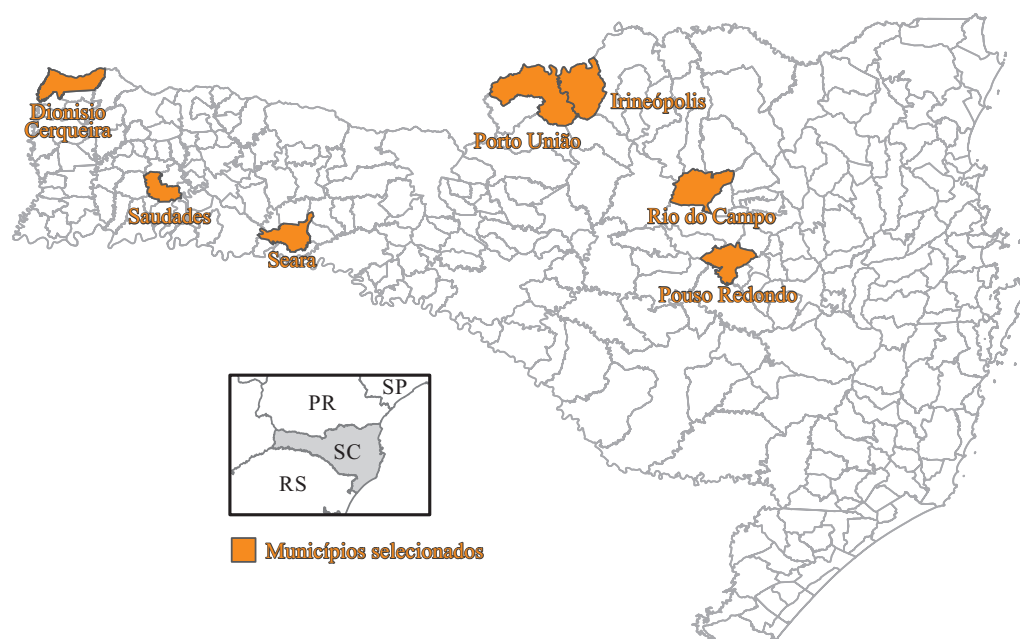
cipal, bem como representantes do comércio local, vinculados às associações comerciais e/ou à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de cada município.

A escolha dos municípios participantes da pesquisa de campo ocorreu de forma intencional, ou seja, por escolha do proponente, a partir dos momentos de aproximação com o campo, processo realizado com o auxílio de dois informantes-chave. Tal escolha se deu pelo cumprimento de quatro requisitos: i) a existência de agricultores familiares com ampla experiência em acesso ao PRONAF; ii) estrutura e diversificação produtiva; iii) atores sociais definidos para realização das entrevistas; iv) conhecimento do campo/indicação de informantes-chave/articulador do campo de pesquisa¹.

Em cada município foram entrevistados agricultores familiares e um representante do poder municipal, com preferência ao secretário municipal responsável pela agricultura. Como complemento, foram realizadas entrevistas com um dirigente sindical (FETAESC ou FETRAF/SC), um técnico da Epagri e um representante da associação comercial e/ou da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

Além das condições mencionadas, para seleção dos municípios levou-se em consideração a contemplação de três mesorregiões do estado de Santa Catarina, com grande representatividade no conjunto da agricultura familiar catarinense. Outro aspecto determinante para escolha dessas unidades municipais foi a garantia de condições estruturais para o pesquisador, especialmente, em termos da logística de realização da pesquisa de campo.

Figura 1 – Localização dos municípios selecionados para pesquisa de campo



Fonte: IBGE (2021), edição cartográfica: Ederson Nascimento (2021).

Em relação aos entrevistados, tanto os próprios agricultores familiares quanto os demais atores sociais tiveram como requisito possuir experiência junto ao PRONAF, para possibilitar, de forma significativa, que os relatos e os significados desses relatos fossem expressos a partir dos conhecimentos, experiências e vivências com referência ao objeto de estudo. O critério utilizado para escolha dos entrevistados foi diferente para cada segmento de atores sociais. Para os agricultores familiares, o requisito estabelecido foi que os entrevistados tivessem experiência de acesso de pelo menos cinco anos em financiamentos no crédito de custeio, investimento ou ambos. Já os

¹ Apoiador local, com atribuições de orientação, agendamento e organização das entrevistas com o conjunto de atores sociais. A pesquisa de campo contou com sete articuladores, um em cada município, em que foram realizadas as entrevistas no campo de pesquisa.

demais atores sociais deveriam possuir experiência profissional vinculada à agricultura familiar e, preferencialmente, envolvimento e participação em processos de gestão, articulação e acompanhamento no âmbito do programa PRONAF.

Isto posto, anteriormente à realização das entrevistas, foram organizados momentos de pré-teste do roteiro. Esse procedimento teve como objetivo corrigir possíveis falhas de comunicação do instrumento, bem como orientar o pesquisador em relação à forma de intervenção com os entrevistados. Para cada segmento de entrevistados foi elaborado um roteiro de entrevista, visando adequar as particularidades dos atores sociais delimitados para a pesquisa de campo.

No que diz respeito ao número de entrevistados, esse não foi determinado *ex ante*, mas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo, pois, ao se tratar de uma abordagem qualitativa, consideramos uma amostra não probabilística². No total foram realizadas 55 entrevistas, isso porque a delimitação em torno desse número se deu pelo princípio da saturação, ou seja, a repetição de argumentos comuns por parte do conjunto de sujeitos entrevistados. Em apoio a esse argumento, Bauer e Gaskell (2008) e Minayo (2017) afirmam que o princípio da saturação se refere ao momento que novos dados não trariam mais esclarecimentos para o objeto estudado.

As entrevistas ocorreram entre os meses de outubro de 2019 e fevereiro de 2020 nos sete municípios selecionados para realização da pesquisa: i) Dionísio Cerqueira; ii) Ireneópolis; iii) Porto União; iv) Porto União; v) Pouso Redondo; vi) Saudades; vii) Seara. Em linhas gerais, foram necessários dois dias de trabalho para realização das entrevistas em cada município selecionado. O agendamento ocorreu com antecedência mínima de 15 dias, com objetivo de assegurar a participação dos atores sociais selecionados, sendo o aplicativo de aparelho celular WhatsApp a principal ferramenta de comunicação entre o pesquisador, articuladores de campo e entrevistados. O diário de campo foi outra ferramenta utilizada, pois o instrumento permitiu ao pesquisador o registro de informações importantes no desenrolar das entrevistas.

Para análise dos dados coletados no campo de pesquisa, optou-se pela realização da análise de conteúdo. Na primeira etapa, após a finalização da pesquisa de campo, as entrevistas foram transcritas para documento de texto. Após essa etapa, passou-se para o momento complexo e crucial, visando garantir a qualidade e profundidade da pesquisa, isto é, para a tarefa de redução, categorização e interpretação dos dados, etapa que pode ser caracterizada como o início do uso da técnica de análise de conteúdo. Para Vergara (2015), a análise do conteúdo pode ser considerada como uma técnica para o tratamento de dados brutos, bem como identificar e classificar por categoria o que está dito sobre determinado tema.

A organização da análise dos dados baseou-se nos três momentos cronológicos apontados por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (interpretação). Além desses três procedimentos, foi realizado um processo de categorização. Ainda na perspectiva de Bardin (2016, p. 147), as categorias são “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

Neste momento, buscou-se construir um conjunto de categorias a partir de um reagrupamento progressivo, com a finalidade de obter a construção de categorias com as seguintes qualidades: i) a exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; ii) a homogeneidade: funcionamento com um único registro e uma única dimensão; iii) pertinência: quando a categoria está de acordo ao material de análise e ao suporte teórico; iv) objetividade e fidelidade: todo o material deve ser classificado com objetividade e manter a fidelidade ao inserir um elemento em determinada categoria; v) produtividade: quantidade adequada de categorias que possam fornecer resultados férteis ao campo de análise (BARDIN, 2016). Como apoio à análise de conteúdo, fez-se o uso do *software* ATLAS.ti, versão 8.4.22.0, o qual se coloca como ferramenta de apoio

2 A amostragem não probabilística caracteriza-se por uma escolha deliberada por parte do pesquisador dos sujeitos pertencentes à amostra (COSTA, 2017).

às pesquisas qualitativas. De acordo com Bandeira de Mello (2006), o ATLAS.ti é um *software* de análise de dados qualitativos, também conhecido como *Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS).

As categorias de análise foram construídas e desenvolvidas no decorrer da pesquisa de campo, como resultado da análise dos dados e das informações qualitativas, resultantes da coleta de dados. No entanto, cabe a ressalva que *a priori* se estabeleceram algumas pré-categorias as quais se esperavam que fossem emergir do campo de pesquisa, o que de fato ocorreu com as seguintes: i) PRONAF; ii) política pública; iii) alterações da estrutura produtiva; iv) alterações no nível de renda; v) alterações no acesso a bens e serviços; vi) insumos e recursos naturais.

Outras sete categorias emergiram a partir da leitura flutuante nos termos de Bardin (2016), as quais seguem: i) agricultores familiares catarinenses; ii) assistência técnica; iii) aumento da produção; //iv) autofinanciamento; v) condições de trabalho; vi) economia local; vii) temas associados. Ao todo foram estabelecidas 13 categorias analíticas, que contemplam os dados levantados na pesquisa de campo.

A partir da definição das categorias analíticas foi realizado o trabalho de codificação das entrevistas em dois momentos. No primeiro, foram registradas 1.352 citações a partir de leitura e codificação individual de cada entrevista. O segundo momento consistiu em uma análise mais aprofundada, por meio de relatório emitido no *software* ATLAS.ti de cada categoria analítica, e foram novamente analisadas pelo pesquisador e registradas 882 citações. Após as codificações, procedeu-se a emissão dos relatórios de cada categoria analítica para subsídio e apoio na elaboração da análise de conteúdo e construção textual dos resultados, os quais serão expostos no próximo capítulo. As compilações qualitativas permitiram a elaboração e exposição dos resultados da seguinte forma: i) características gerais dos entrevistados; ii) relações dos atores sociais catarinenses com o PRONAF; iii) as transformações da agricultura familiar a partir do PRONAF; iv) PRONAF, políticas públicas e temas associados.

3 AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO PRONAF NA AGRICULTURA FAMILIAR CATARINENSE³

Esta seção estrutura-se em quatro partes, que sistematizam as análises de tais alterações, conforme categorias analíticas adotadas nesta pesquisa acadêmica. Na primeira parte são apresentadas as alterações na estrutura produtiva e aquelas geradas no processo de trabalho. Na segunda são tecidas as considerações sobre as alterações econômicas, em relação ao nível de renda, com mudanças positivas ocorridas no interior do segmento da agricultura familiar. Em continuidade, na terceira parte, são apresentadas as compreensões no que se refere ao acesso de bens e serviços. Por fim, na quarta parte, são relacionadas as questões que dizem respeito às alterações provocadas pelo PRONAF nas práticas ambientais.

3.1 As alterações na estrutura produtiva e no processo de trabalho

Ao considerar a luta histórica do segmento da agricultura por uma política de crédito, o PRONAF se estabelece na esfera institucional como o reconhecimento do Estado brasileiro e, principalmente, como a estratégia de fortalecimento desse modelo de agricultura no processo de desenvolvimento do país.

Em anos anteriores, tanto Mattei (2006) quanto Guanziroli (2007), e, mais recentemente, Bianchini (2015) efetivaram análises avaliativas do programa e indicaram os inúmeros desafios que

3 A análise teórica construída nesta seção tem por base os resultados empíricos da tese de doutorado do autor (FOSSÁ, 2021). Tendo em vista as dimensões deste artigo optou-se por apresentar os constituintes teóricos do trabalho acadêmico realizado. Contudo, os resultados em detalhes podem ser consultados na referência citada.

o programa deveria enfrentar para se tornar ainda mais efetivo no fortalecimento da agricultura familiar diante do processo histórico de marginalização do segmento no país, especialmente, após a modernização da agricultura brasileira, ocorrida principalmente a partir dos anos de 1960 (GRAZIANO DA SILVA, 1982; SORJ, 1980).

Os dados da pesquisa de campo demonstraram que o PRONAF foi efetivo ao possibilitar, via crédito para investimentos, a modernização das práticas produtivas, bem como dos processos de trabalho. Significa que a partir do PRONAF a agricultura familiar catarinense ingressou em um novo padrão, assentado no uso de máquinas e equipamentos, de novas estruturas dotadas de tecnologia e alto nível de mecanização.

A este respeito, os trabalhos de Wesz Junior (2021), Conterato, Bráz e Rodrigues (2021), Toledo e Zonin (2021), Mattei (2015) e Grisa (2012), entre tantos outros, também retratam a questão da seletividade, especialização produtiva e a comoditização em torno do PRONAF a partir de outras realidades e perspectivas analíticas. Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2021) uma das consequências da trajetória foi justamente a manutenção do modelo predominante de desenvolvimento agrícola em curso no país.

Ao retomar uma das finalidades iniciais do programa, estabelecidas pelo Decreto 1.946/1996, observa-se que essa política pública deveria propiciar, ao conjunto da agricultura familiar, aumento da capacidade produtiva. Todavia, ao longo dos anos viu-se que o PRONAF foi além desse propósito inicial, conforme foi relatado pelos autores entrevistados em nosso estudo. Em grande medida, ele também oportunizou aos agricultores familiares catarinenses melhorias nas condições de trabalho e de vida.

O campo de pesquisa demonstrou esta condição, pois de fato ocorreu um processo de estruturação produtiva, fundamentalmente por meio de financiamentos acessados via PRONAF na modalidade de investimento. Em continuidade, também se evidenciou que essa transformação nos processos produtivos não seria na proporção apresentada, não fosse estabelecida a política pública do PRONAF, pois o autofinanciamento na realidade de agricultores familiares catarinenses era, ou ainda é, uma opção para apenas uma pequena minoria. As demais linhas de créditos existentes não são adequadas ao segmento e tornam-se uma limitação no acesso.

Ao dialogar com outros estudos sobre o acesso ao programa, outras realidades são colocadas, legitimando que as particularidades locais e setoriais interferem significativamente nas formas de como o segmento da agricultura familiar relaciona-se com a política pública e as formas utilizadas para a estruturação dos processos produtivos. Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), ao analisarem o acesso ao PRONAF em municípios paulistas, verificaram um baixo acesso e participação diferente de outras regiões do próprio estado de São Paulo e da realidade que estamos apresentando neste estudo.

Em análise sobre os territórios da cidadania, Cerqueira, Jesus e Pinheiro (2021) consideram que, apesar de avanços no decorrer da primeira década dos anos 2000, os valores dos contratos do PRONAF, na maioria dos espaços investigados, continuam sendo de valores muito baixos, o que de certa forma limita os alcances do programa. As duas experiências apresentadas, apesar de retratarem grupos com outras características sociais dos sujeitos do nosso campo de pesquisa, demonstraram que o PRONAF, mesmo após 25 anos de operação, ainda precisa superar barreiras quanto ao acesso no interior do segmento da agricultura familiar.

Ao retomar a questão central do estudo, aponta-se para o aporte financeiro quanto aos investimentos na estrutura produtiva no estado de Santa Catarina. Isso porque, os montantes acessados por agricultores familiares são expressivos ao longo dos anos a partir do PRONAF. Os valores corrigidos para o ano de 2019 representam um montante superior a R\$ 17,9 bilhões nos 24 anos (1996-2019) de execução do programa.

Os valores médios são ainda mais representativos, pois significam aproximadamente R\$ 746,4 milhões anuais de créditos exclusivos aos financiamentos em investimentos. Ao se considerar os

últimos dez anos, o valor médio do montante em investimento na agricultura familiar catarinense via PRONAF alcança aproximadamente R\$ 1,4 bilhão ao ano. Em pesquisa realizada em 12 municípios de Santa Catarina, Mattei e Cazella (2009) coadunam com a nossa percepção ao considerar os investimentos do programa como fundamental para amenizar as carências estruturais no espaço rural catarinense.

Esses valores colocam-se de forma significativa, pois o estado de Santa Catarina, juntamente com os demais estados do Sul do país, concentra historicamente a maior parcela dos recursos do PRONAF (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; SOUZA *et al.*, 2013; AZEVEDO; PES-SÔA, 2011; SOUZA; NEY; PONCIANO, 2011). Para Aquino e Schneider (2015), o PRONAF teve sucesso ao disponibilizar crédito mais acessível e crescente volume de recursos no país.

Os resultados dialogam com outros estudos em realidades brasileiras distintas da encontrada em Santa Catarina. No estado de Sergipe, Carvalho e Costa (2021) identificaram que o PRONAF também foi efetivo ao proporcionar a inserção técnico-produtiva por meio de financiamento destinados a investimentos. Já Alves *et al.* (2021), ao diagnosticar os efeitos do PRONAF B entre os beneficiários no semiárido do país, concluíram que o crédito via programa foi efetivo enquanto estratégia produtiva capaz de garantir a reprodução social dos agricultores familiares.

Além disso, outra consequência deste processo de modernização, a partir da aquisição de máquinas, ferramentas e demais itens de investimento, resultou também em uma nova dinâmica do trabalho, ou seja, o uso da mão de obra nos estabelecimentos da agricultura familiar catarinense foi redimensionado. Não podia ser diferente, uma vez que a diminuição demográfica no espaço rural e a redução de pessoas disponíveis para a realização das atividades acabou forçando uma das técnicas de trabalho, principalmente a partir do uso de máquinas, ferramentas e estrutura dotadas de tecnologia.

A esse respeito, não é mais no “cabo da enxada” que se realiza o trabalho, uma afirmação que demonstra essa alteração também no processo do trabalho no interior da agricultura familiar catarinense. Os novos padrões de produção trouxeram certa suavização do trabalho, não querendo isso dizer que o trabalho dos agricultores familiares é ou está relativamente mais fácil. Apenas registramos que – na comparação com o período anterior à existência do PRONAF – as atividades exigiam um esforço físico significativamente maior, como também maior número de pessoas. Esse processo amplo, nos termos de Wanderley (2014), modifica o espaço de vida de agricultores familiares e altera a condição econômica, social da comunidade na qual ele está inserido.

3.2 As alterações econômicas relacionadas ao nível de renda

O PRONAF enquanto política pública, em sua própria nomenclatura, declara a *priori* gerar as condições de fortalecimento da agricultura familiar. A partir disso, compreendemos que a perspectiva econômica da renda se insere nesta abrangência, especialmente ao considerar as condições vivenciadas pelo segmento da agricultura familiar, no período de efetivação do PRONAF. A questão da renda, ou de alterações do nível de renda, insere-se como uma consequência ao acesso aos créditos do PRONAF, demarcados na formulação da problemática de pesquisa.

Esses resultados não são isolados. Pelo contrário: a alteração positiva no nível de renda já foi evidenciada em estudos realizados pelo Brasil, em diversas realidades e contextos da agricultura familiar. Um deles foi realizado por Rodrigues (2019) sobre o efeito do PRONAF no PIB de municípios pertencentes à zona da Mata Mineira, no estado de Minas Gerais. Segundo o autor, o programa gerou incremento ao produto econômico dos municípios analisados. Porém, a intensidade dessa correlação está diretamente associada às questões institucionais, históricas e econômicas de cada município analisado (RODRIGUES, 2019).

Já em pesquisa realizada no Vale do Ribeira, estado do Paraná, Miranda e Gomes (2016) concluíram que o PRONAF contribuiu para o desenvolvimento sustentável da região ao gerar as con-

dições de elevação de renda. Constaram, também, o fortalecimento da capacidade produtiva local (MIRANDA; GOMES, 2016).

Em análise do PRONAF no território do Cantuquiriguaçu, também no estado do Paraná, Coelho e Paula (2018) identificaram que os agricultores com acesso aos financiamentos do programa tendem a se deslocar para atividades agropecuárias com maior nível de remuneração monetária. Damasceno, Khan e Sales Lima (2011), ao analisarem os impactos do PRONAF B em beneficiários e não beneficiários nos municípios de Baturité, Iguatu e Quixadá, no estado do Ceará, afirmam que, apesar de baixo incremento, há um nível maior nos rendimentos daqueles agricultores familiares, que acessaram o programa, em relação aqueles que não acessaram o PRONAF.

Na mesma esteira de perspectiva da renda, Marioni *et al.* (2016), por meio de uma análise em dados de painel, identificaram que o PRONAF gera efeitos positivos em âmbito de Brasil, tanto no PIB agropecuário quanto nos demais setores da economia. Ainda para os autores, tais resultados:

Remetem à importância do programa para o Brasil, que apesar de ser voltado para a agricultura familiar, tem impactos positivos para a economia como um todo, sendo capaz de influenciar positivamente os setores de serviços e industrial. Em outras palavras, estes resultados reforçam a importância do Programa não apenas como política de fomento de crédito agrícola, mas como política capaz de gerar certo dinamismo para os diferentes setores da economia através da interdependência produtiva existente dentro de uma economia. Além disso, a análise dos quantis em cada macrorregião permite a formulação de políticas específicas aos municípios e/ou a análise de redistribuição desses recursos do programa de acordo com as necessidades e impactos. (MARIONI *et al.*, 2016, p. 239).

Ao dialogar com outros estudos, a análise dos resultados de campo solidifica-se, pois identificam-se resultados semelhantes aos alcançados em diferentes localidades geográficas, em trabalhos diferenciados pelos métodos de pesquisa.

Na análise qualitativa deste trabalho, valorizou-se a percepção dos atores sociais entrevistados o que, por sua vez, incidiu em respostas afirmativas e alterações positivas no nível de renda. Nesse sentido, Roge Batista e Neder Dantas (2014) afirmam que o PRONAF é um instrumento capaz de elevação de renda e esse incremento, por sua vez, possibilita a melhoria das condições sociais.

À alteração de incremento na renda na agricultura familiar catarinense, a partir do acesso aos financiamentos do PRONAF, deu-se em função do êxito produtivo e comercial ao longo dos anos. Efeito não linear, obviamente, pois ocorre por meio de muitos fatores, dos quais vários não estão sob a tutela individual dos próprios agricultores familiares. A esse respeito pode-se referir, por exemplo, aos preços dos produtos, redes de comercialização, ao tipo de estrutura de mercado, questões de acesso à assistência técnica e limitações da área do estabelecimento rural, realidade climática e geográfica, bem como disponibilidade de água.

Como resposta à pergunta sobre o que ocorreu com o nível de renda, tem-se, a partir dos dados de campo, a responsabilidade em afirmar que o PRONAF contribuiu para que houvesse essa alteração positiva no nível de renda de agricultores familiares catarinenses, a partir do acesso contínuo aos financiamentos do programa. Esses argumentos corroboram com outros estudos já realizados, como da Fundação de Economia de Campinas (FECAMP, 2002), que demonstram o crescimento dos rendimentos a partir do PRONAF.

3.3 As alterações sociais quanto ao acesso de bens e serviços

As alterações referidas neste subitem caracterizam-se principalmente como consequência da alteração do nível de renda. Isso porque os agricultores familiares passam a efetivar alterações

no acesso de bens e consumo no âmbito familiar. Como em um processo natural, o que ocorre em geral num primeiro momento são a estruturação e a viabilização das questões produtivas com sucesso. Com o aumento do nível de renda, os agricultores familiares catarinenses passaram gradualmente a alterar o padrão de acesso a bens e serviços.

As afirmações foram registradas desde a participação na festa em comunidade, compra de utensílios domésticos, eletrodomésticos e móveis para o conforto no ambiente da casa, e o acesso dos filhos em instituições de Ensino Superior (privadas) e/ou a manutenção dos filhos em universidades públicas em outras cidades/estados. Assim, atribuímos ao PRONAF consequências não diretamente associadas às finalidades primeiras do programa, mas sim de uma forma geral embutida no tão propagado termo “fortalecimento”. Dessa forma, considera-se o acesso aos bens e serviços expressivos e, de fato, representam alterações ao longo dos anos.

Quando exitosos nos projetos de sustentação financeira via PRONAF, tem-se como resultado maior nível de acesso aos bens de consumo e serviços. No caso de Santa Catarina, podem ser relacionados os resultados nos termos de Ploeg (2016), como efeito do mercado em que tais agricultores estão inseridos. A estrutura produtiva do estado “puxou” via mecanismo do PRONAF o aumento da produção entre os beneficiários do programa, os quais conseguiram ao longo dos anos aumentar o nível de renda e, conseqüentemente, alcançar maior nível no acesso aos bens de consumo e serviços.

Os resultados aqui apresentados de algum modo justificam e ampliam a visão do desempenho do PRONAF no estado, na ótica do volume de crédito apontados por Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014). Isso porque, analisa-se neste trabalho que a destinação dos recursos do PRONAF foi efetiva para que houvesse alterações sociais positivas no interior da agricultura familiar catarinense. Como demonstrado, essas mudanças são de caráter produtivo, de trabalho e renda e, em destaque neste momento aos avanços no acesso a bens e serviços por parte dos agricultores familiares catarinenses, a partir do PRONAF.

O alcance a bens e serviços a partir do programa foi evidenciado em estudos que contemplam outros territórios no País. Silva, Ponciano e Souza (2021) em pesquisa realizada nos municípios de Nova Venécia e de Rio Bananal, no norte do estado do Espírito Santo, identificaram entre as mulheres beneficiárias do PRONAF que, com o aumento da renda, elas priorizam o acesso de bens para melhoria da qualidade de vida da família. Na mesma linha analítica, em estudo realizado no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, Spanevello *et al.* (2021) reforçam os entendimentos do direcionamento dos ganhos do PRONAF para melhorar a condição de vida da família.

Azevedo e Pessôa (2011), ao analisarem os dados do acesso ao programa entre 2002 e 2007 em âmbito nacional, identificaram que o PRONAF havia provocado mudanças de melhorias no espaço rural brasileiro. Essa afirmação dialoga proximamente aos resultados encontrados nesta pesquisa ao identificar profundas alterações acerca da disponibilidade de bens e serviços de uso por parte dos agricultores familiares entrevistados.

Roge Batista e Neder Dantas (2014), em estudo relacionado aos efeitos do PRONAF sobre a pobreza rural em âmbito nacional, compreenderam que o programa colabora para redução da pobreza e para a redução da desigualdade. Desse modo, coaduna-se aos resultados e com a análise deste estudo sobre as alterações sociais em que o PRONAF, enquanto política pública, foi capaz de contribuir.

Na mesma esteira, em pesquisa realizada em municípios do estado de Tocantins, Pereira e Nascimento (2014) perceberam as contribuições do programa PRONAF para o fortalecimento social da agricultura nos municípios estudados. Ressalta-se que, apesar da enorme diferenciação social na agricultura familiar brasileira, ou seja, nas distintas características tanto do ponto de vista econômico, social e espacial, os financiamentos via PRONAF colocam-se como um instrumento capaz de dinamizar, alterar e melhorar as condições dos agricultores familiares.

A esse respeito, Grisa e Schneider (2015) reconheceram os avanços proporcionados no interior da agricultura familiar brasileira, com a constituição das políticas públicas específicas a partir de meados da década de 1990. Todavia, não se pode negar que há muito para se avançar a respeito da questão. Guanziroli (2007) e Aquino e Schneider (2010), por exemplo, diagnosticaram desafios enormes do programa quanto aos avanços nas demandas sociais.

Na realidade da agricultura familiar catarinense, em decorrência do acesso, parte das famílias conseguiu melhorar as condições sociais e de conforto ao ponto de equiparação aos residentes em centros urbanos. A questão coloca-se frente à discussão sociológica, pois, há algumas décadas, as estruturas no interior do espaço de Santa Catarina eram mais fragilizadas a ponto de os próprios agricultores familiares não se sentirem confortáveis para receber visitas de parentes e dos amigos.

Essa nova realidade significa uma reconfiguração, especialmente das condições das casas, pois os agricultores(as) sentem-se bem em receber as visitas e, mais do que isso, a partir do trabalho familiar, conseguiram condições dignas e confortáveis para viver. Nos termos de Wanderley (2015), compreende-se que em certo ponto é legitimada a condição do espaço rural como lugar da vida e não apenas território voltado aos aspectos da produção. As nossas considerações a esse respeito aproximam-se das constantes transformações no território rural de Santa Catarina, apontadas por Paulilo e Schmidt (2003), pois eles consideram que o segmento no estado assume significativa capacidade de resistir, inovar e encontrar alternativas para a continuidade.

O campo de pesquisa demonstra que a partir do PRONAF agricultores(as) do estado de Santa Catarina têm encontrado saídas para melhorar a condição de vida e, entre outros aspectos, significa o acesso e/ou a ampliação de bens e serviços para eles. A esse respeito, Ribeiro (2016) considera que a agricultura familiar brasileira apresenta uma gama de estratégias para enfrentar as dificuldades quanto às técnicas de produção, aos mercados e ao relacionamento com as políticas públicas.

3.4 As alterações ambientais vinculadas às práticas produtivas e acesso a insumos

Este espaço propõe-se a dialogar a partir dos resultados do campo de pesquisa, com os entendimentos teóricos que guiam a construção deste estudo. Para isso, é necessário resgatar o desenho em que o PRONAF foi constituído, ou seja, como programa essencialmente voltado para o fortalecimento daqueles agricultores familiares considerados, nos termos da FAO e INCRA (1994), consolidados e em transição.

Os rumos que o PRONAF seguiu até aqui foram continuidades das práticas produtivas predominantes no país, a partir da segunda metade do século XX. A esse respeito inúmeros autores debruçaram-se em estudos para explicar a trajetória que o PRONAF tomou ao longo dos anos, quanto à centralidade em culturas de *commodities*, especialização e tecnificação produtiva, bem como intensificação do uso de insumos químicos no processo produtivo, no interior da agricultura familiar brasileira (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014; CAZELLA *et al.*, 2016; MATTEI, 2015; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; TOLEDO, 2009; AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Os dados do campo acrescentam elementos constituintes de uma dialética a respeito desta perspectiva, ou seja, há confirmação do cenário colocado, mas há também elementos diferenciados segundo tais percepções, as quais abrem um olhar mais amplo e complexo sobre as alterações ambientais quanto às práticas produtivas e o acesso aos insumos a partir dos financiamentos do PRONAF.

Se por um lado ocorre um processo de intensificação das práticas de uma agricultura baseada no uso de insumos químicos, especialmente em culturas de larga escala, de outro lado, mesmo que por requisito da forma legal e institucional, o programa cria práticas que observam cuidados com a preservação do meio ambiente. Desse modo, referimo-nos ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e à Outorga da água, que exigiram dos agricultores familiares catarinenses novas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e sua preservação.

Esses condicionantes inseriram nas práticas financiadas, direta ou indiretamente pelo PRONAF, o cuidado e o cercamento das nascentes de água, por exemplo. Sobre esse aspecto, o programa é utilizado para financiamento de cerca de proteção e limitação da área ocupada pela criação, especialmente da bovinocultura, recuperando e preservando as fontes de recursos hídricos.

Além disso, para acesso à DAP o estabelecimento rural deve estar regularizado quanto à Área de Preservação Permanente (APP). Por essa razão, é possível assumir que a política pública do PRONAF, de alguma forma, atenua os impactos ambientais resultantes da produção agropecuária na agricultura familiar e contribui de alguma maneira para a preservação dos recursos naturais.

No que se refere ao incentivo à mudança no processo produtivo e ao apoio à produção orgânica e agroecológica, percebeu-se que o interesse por esse modelo de agricultura está mais associado à decisão e às oportunidades do agricultor do que propriamente às ações no âmbito do programa PRONAF. Em âmbito nacional, Aquino, Gazola e Schneider (2017, 2021) demonstraram o baixo desempenho do programa no que diz respeito ao número de contratos e recursos das linhas verdes do PRONAF. Com relação ao estado de Santa Catarina não é diferente: os dados do acesso e as chamadas linhas alternativas do PRONAF apresentam-se de forma tímida, baixa cobertura e com montantes financeiros não expressivos (FOSSÁ; TONEZER; BADALOTTI, 2018).

Em análise, a partir de estudo em municípios do meio oeste de Santa Catarina, Godoi, Búrigo e Cazella (2016) afirmam que o PRONAF, enquanto política pública, se posiciona por meio de diretrizes, uma postura de indução às linhas de crédito focadas na sustentabilidade. Tal processo acaba sendo travado pelo conceito gerencial tradicional e visão de mundo do sistema bancário e dos demais operadores do PRONAF.

A partir de estudo no semiárido baiano, Moraes (2004) insere outro elemento importante sobre as “barreiras” para o incentivo das chamadas linhas “verdes” de financiamento do PRONAF. Para o autor, a presença dos chamados “escritórios de projetos” de financiamentos do PRONAF é incompatível com as necessidades dos agricultores familiares e o consequente desenvolvimento rural sustentável.

O ponto central em questão é que o programa não tem promovido alterações estruturais no que se refere ao processo produtivo e acesso aos insumos para promover outro modelo de agricultura, direcionado à produção de alimentos de base orgânica e agroecológica. Ao contrário: há em maior escala a intensificação da mecanização e da utilização de insumos químicos. Uma das possíveis explicações pode estar associada ao fato que, desde o seu desenho inicial, a matriz geral sempre foi aumentar a produção da agricultura familiar e não propriamente promover, em sentido amplo, o desenvolvimento rural sustentável.

Apesar disso, as alterações possíveis de se perceber dizem respeito ao atendimento da legislação federal vigente e, principalmente, um cuidado muito maior com as fontes e nascentes de água. As práticas que preservam os recursos naturais do hoje e do amanhã perpassam, a nosso ver, pelo menos três questões complexas: i) capacidade do agricultor familiar garantir o sustento financeiro da família e a sustentabilidade econômica do próprio estabelecimento rural; ii) perfil pessoal e características da propriedade, que gerem as condições adequadas para o processo produtivo orgânico e agroecológico; iii) acesso à conhecimento e assistência técnica profissional para o desenvolvimento das atividades voltadas para agricultura orgânica e agroecológica.

Em complemento, assume-se que o PRONAF – enquanto política pública e conjuntamente com os atores sociais e as organizações que o constituem – não foram capazes de articular e construir ações mais robustas, tanto em termos de capilaridade quanto de incentivo à uma agricultura de base orgânica e agroecológica. Como resultado dessa situação, ou seja, inoperância não só do Estado, mas de todos os atores e entidades que advogam por uma agricultura alternativa ao modelo tradicional no país, temos, por exemplo, um baixíssimo número de financiamentos nas linhas consideradas “verdes” no PRONAF. Entre elas a linha Eco (energia renovável e sustentabilidade ambiental) ressurgiu a partir de 2018 como promissora ao possibilitar o financiamento das placas

solares e demais equipamentos para geração de energia solar. Em Santa Catarina os montantes financiados e o número de contratos tiveram expressivo incremento desde o referido ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar a trajetória de acesso de agricultores familiares de Santa Catarina ao programa, objetivou-se analisar também as alterações socioeconômicas, que ocorreram entre eles, a partir da implantação do PRONAF. As entrevistas com os atores sociais e os resultados do campo de pesquisa demonstraram que o crédito tem sido efetivo para o desenvolvimento das práticas produtivas, melhorias nos processos de trabalho, especialmente com o uso de novas tecnologias, bem como auxiliou alterações econômicas no nível de renda e melhorias nas condições sociais quanto ao acesso de bens e serviços.

Grande parte dessas alterações observadas estão, diretamente ou indiretamente, relacionadas com os objetivos iniciais do programa, a saber: i) aumento da produção e oferta de alimentos; ii) aumento da capacidade produtiva; iii) modernização e aprimoramento das técnicas de produção; v) geração de emprego e renda no segmento da agricultura familiar. Em Santa Catarina, esse modelo, em grande parte carente de capacidade de investimento por conta própria, potencializa, a partir dos créditos de custeio e investimento, uma “revolução” no *status quo* e passa a apresentar aumento substancial da capacidade produtiva e da integração aos mercados formais, tanto de cadeias curtas como as de cadeias longas de comercialização. Contudo, cabe uma ressalva em relação ao aumento e à geração de postos de trabalho na agricultura familiar, uma vez que, no caso catarinense, esse objetivo foi apenas atenuado, observando-se em algumas regiões a continuidade da migração rural-urbana, especialmente, pelas pessoas mais jovens.

Nesse sentido, entende-se que os créditos de custeio e de investimento do PRONAF no âmbito de Santa Catarina deveriam ser reorientados por uma nova concepção de desenvolvimento rural, sustentado dos estabelecimentos rurais familiares, com o objetivo de ampliar a diversificação produtiva. Tal processo deveria estar assentado em dois eixos centrais: o primeiro caracterizado por uma nova postura do atendimento bancário para operacionalizar o PRONAF, o qual tivesse no crédito orientado a premissa básica de negócio, rompendo com a atual situação de “empurra, empurra” dos bancos, enquanto prática dos financiamentos do programa. Aliado a isso, é necessário que se estabeleçam linhas de crédito inclusivas aos grupos mais vulneráveis no interior da agricultura familiar, especialmente das mulheres e dos jovens.

Uma possibilidade para se cumprir o fortalecimento da diversificação produtiva é o estímulo constante à produção de base orgânica e agroecológica para comercialização em cadeias curtas de circuitos municipais e regionais. Essa alternativa possui em si um potencial de mercado, principalmente, para aqueles agricultores e agricultoras familiares próximos a centros urbanos com potencial de consumo. Para isso, faz-se necessária articulação entre essas políticas públicas e os órgãos municipais e estaduais em relação ao fortalecimento de pontos de comercialização e novos canais de venda, como organização de feiras e rotas de entrega de cestas de produtos.

Há um consenso na literatura de que o PRONAF apresenta ações e desempenho insuficientes no que se refere ao incentivo à produção alternativa ao modelo tradicional, ou seja, apoio à agricultura de base orgânica e agroecológica. Apesar disso, nosso campo de pesquisa constatou que em Santa Catarina, por meio do PRONAF, há iniciativas e ações voltadas à preservação dos recursos naturais e meio ambiente, especialmente ao financiar estruturas para esse fim, além de cumprir adequadamente as exigências para se obter a DAP.

Uma alternativa para propiciar um ambiente mais favorável à inclusão seria ampliar o público atendido por meio de medidas e ações, que assegurassem a integração à política pública de grupos marginalizados no interior da agricultura familiar. Assim, a função social do crédito rural público seria assegurada, gerando as oportunidades necessárias para aqueles que, até então, não consegui-

ram por conta própria estabelecer um projeto com viabilidade econômica e social no âmbito da respectiva unidade produtiva.

Os *policymakers* responsáveis pelo programa deveriam repensar as razões que fazem linhas de crédito como PRONAF Jovem e PRONAF Mulher apresentarem baixíssimas adesões. Diversos estudos documentaram que tanto os entraves burocráticos como as regras e normas do sistema bancário acabam impedindo maior acesso aos financiamentos para esses segmentos. Por isso, entende-se a necessidade de amplo debate para se resgatar os objetivos iniciais em que foram baseadas as linhas de crédito e, ao mesmo tempo, uma mobilização para os públicos específicos terem maior compreensão e entendimento sobre as vantagens de acesso ao PRONAF via linhas creditícias.

O segundo eixo relaciona-se ao crédito orientado vinculado à assistência técnica oficial do governo do estado de Santa Catarina, por meio da supervisão da Epagri. Isso porque, com o compromisso claramente nos interesses da agricultura familiar, a Epagri, enquanto organização pública poderia gerar melhores resultados quanto à utilização dos recursos e orientar para que os recursos sejam mais bem dimensionados em consonância com a realidade de cada família e/ou estabelecimentos agropecuários.

É necessário também ampliar o quadro de profissionais técnicos para atuarem com os agricultores e as organizações sociais, a fim de orientar as escolhas produtivas, auxiliar na elaboração de projetos sobre os volumes financeiros necessários e aplicações adequadas. Acredita-se nessas ações-chave para ampliar o acesso de diversos segmentos fragilizados da agricultura familiar, que, por falta de informação e de conhecimento, enfrentam grandes dificuldades diante das exigências dos agentes financeiros.

Além desses eixos mencionados, mais alguns aspectos sobressaíram a partir da pesquisa com os atores sociais. Um deles foi o problema destacado por alguns agricultores, com desejo de ampliar as áreas dos estabelecimentos, uma vez que não existe atualmente qualquer linha de crédito no PRONAF ou em outro programa que dê sustentação a essa demanda. Outro aspecto observado foi a desigualdade regional no estado, em termos de acesso aos recursos do programa. Com isso, regiões como o Planalto Serrano e o próprio litoral catarinense apresentam taxas ainda incipientes de participação no programa. Em grande medida isso ocorre devido às características e a composição social da agricultura familiar nesses espaços geográficos. Talvez as regras e normas do programa não necessariamente encontrem-se adequadas a essas realidades, impedindo agricultores familiares fazerem parte dessa política pública.

O caso de Santa Catarina é um exemplo em que a política pública do PRONAF, via crédito rural, contribuiu de forma efetiva para um avanço nas condições produtivas, de trabalho, econômicas e sociais. Apesar disso, reconhecemos a necessidade de avanços, melhorias e adequações para que o público beneficiário possa ser ampliado, visando o alcance das finalidades do programa.

Tendo em vista a complexidade do PRONAF, um dos grandes desafios é a efetiva articulação e desenvolvimento das ações em conjunto com as demais políticas públicas, que visam o público-alvo da agricultura familiar. Além disso, no estado de Santa Catarina, as ações do programa devem ser direcionadas em maior grau com o trabalho desenvolvido pela Epagri quanto à extensão rural. Isso porque, a partir do caráter público, especialmente no que se refere aos projetos de investimento via PRONAF, estes poderão ser efetivamente e exclusivamente realizados, visando o interesse e o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar.

Portanto, este estudo possibilitou corroborar com pesquisas sobre a política pública do PRONAF, ao se propor investigar a realidade do acesso, distribuição, bem como as alterações proporcionadas a partir do crédito no estado de Santa Catarina. No que se refere às questões empíricas, espera-se que este trabalho gere contribuições para os agentes do PRONAF de alguma forma melhorarem as práticas.

Por fim, como continuidade de estudos e pesquisas em torno do programa, sugere-se que outras temáticas em torno do PRONAF sejam investigadas em maior nível de profundidade quanto à realidade catarinense. Isso porque o crédito rural à agricultura familiar já foi, e continua sendo, significativamente estudado nas mais diversas perspectivas analíticas em âmbito de Brasil e suas regionalidades, contudo, no âmbito de Santa Catarina, ainda há espaço e carência de estudos, que tenham o intuito de compreender essa realidade social.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios. In: SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. p. 197-228.

AQUINO, Joacir Rufino. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2021.

ALVES, O. *et al.* Produção e reprodução social entre beneficiários do PRONAF B no semiárido brasileiro. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 398-423, 2021.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 483-496, set./dez. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 2. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 516 p.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 jun. 1996.

CAZELLA, A. A. *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, ed. spe., p. 49-79, 2016.

CERQUEIRA, C. A. de; JESUS, C. M. de; PINHEIRO, L. I. F. Pronaf nos territórios da cidadania da Bahia nos governos instituídos entre 1999 e 2018. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 327-349, 2021.

CONTERATO, M.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A commoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; SALES LIMA, P. V. P. O impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília: FAO/INCRA, 1994.
- FECAMP – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA DE CAMPINAS. **Estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF**. Campinas, out. 2002. (Convênio PCT/IICA-FECAMP).
- FOSSÁ, J. L.; TONEZER, C.; BADALOTTI, R. M. As linhas alternativas do PRONAF em Santa Catarina: alcances e limites. In: **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018.
- FOSSÁ, J. L. **A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF no estado de Santa Catarina**. 2021 (Doutorando em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, 2021.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da agricultura familiar? uma análise do Pronaf Crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.
- GODOI, T. G.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. A sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 38, p. 637-661, ago. 2016.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.
- MARIONI, L. S. *et al.* Uma aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do Pronaf. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 221-242, abr./jun. 2016.
- MATTEI, L. F. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. (NEAD Estudos).
- MATTEI, L. F. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. In: **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015.

- MATTEI, L. F.; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.
- MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2016.
- MORAES, A. D. **Crédito rural, sustentabilidade e cidadania: o caso do PRONAF-Crédito na agricultura familiar do semi-árido baiano**. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004
- PEREIRA, E. L.; NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 139-156, jan./mar. 2014.
- RIBEIRO, C. M. O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro. In: WAQUIL, P. D. *et al.* **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- RODRIGUES, G. M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 29-48, jan./mar. 2019.
- ROGE BATISTA, H.; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 147-166, 2014.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. *Post scriptum* ao artigo “histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021.
- SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J. P.; SOUZA, M. PRONAF e empoderamento das mulheres rurais: uma análise das dimensões econômica, social e política. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 212-235, 2021.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014.
- SOUZA, P. M.; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 303-313, jul./set. 2011.
- SOUZA, P. M. *et al.* Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, abr./jun. 2013.
- SPANVELLO, R. M. *et al.* As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

TOLEDO, E. N. B. **O Pronaf em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 141-162, 2021.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2015.

WANDERLEY, M. N. Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? In: **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.